

ATA NÚMERO 217/XII/3.^a SL

Aos 30 dias do mês de outubro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Eleição do 1.^o Vice-Presidente da Mesa da Comissão, nos termos do n.^o 2 do artigo 32.^o do Regimento da Assembleia da República.
2. Apreciação e votação das atas n.^o 211, 212, 213, 214 e 215, referentes às reuniões de 22, 23, 24 (14h e 19h30) e 25 de outubro, respetivamente.
3. Apreciação e votação do relatório final à Proposta de Lei n.^o 177/XII/3.^a (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014.
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
4. Apreciação e votação do relatório final à Proposta de Lei n.^o 178/XII/3.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.
Relatora: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).
5. Apreciação da carta remetida pelo Presidente do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de apreciação do Orçamento do Estado para 2014.
6. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro [COM(2013)614].
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
7. Informação sobre iniciativas europeias.
8. Apreciação dos relatórios da audiência concedida à FESAP (no âmbito da reapreciação do Decreto n.^o 177/XII) e das audições da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e da ACAP – Associação Automóvel de Portugal (primeiros subscritores das Petições n.^o 289/XII/3.^a e n.^o 253/XII/2.^a, respetivamente).
9. Informação sobre a participação de uma delegação da COFAP na Conferência Interparlamentar sobre Governação Económica e Financeira da União Europeia.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

10. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.^a (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.
11. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 176/XII/2.^a (GOV) – “Procede à 2.^a alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro”.
12. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/2.^a (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.^a (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.^a (PS) – “Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”.
13. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 455/XII/3.^a (PSD) – “Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar”.
14. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 295/XII/3.^a, de iniciativa de Domingos Manuel Ribeiro de Freitas e outros: Solicitam a integração dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, em exercício de funções públicas na Administração Central, com o grau académico mínimo de licenciatura, na carreira de Técnico Superior.
Relator(a): cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
15. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 296/XII/3.^a, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa: Contra o empobrecimento, pelos direitos, não às 40 horas.
Relator(a): cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

16. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 843/XII/3.^a (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de 3 filhos”.
17. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 844/XII/3.^a (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre Veículos, no sentido da redução do mesmo aquando do nascimento do 4.º filho”.
18. Outros assuntos.

1. Eleição do 1.º Vice-Presidente da Mesa da Comissão, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente da Comissão deu conta da indicação, pelo Grupo Parlamentar do PSD, do Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo para 1.ª Vice-Presidente da Comissão, após o que a Comissão procedeu à sua eleição para o cargo suprarreferido, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do Regimento da Assembleia da República, tendo merecido a unanimidade dos votos. O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) usou, de seguida, a palavra, para agradecer a confiança dos colegas e dar conta do seu empenho nos trabalhos da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.º 211, 212, 213, 214 e 215, referentes às reuniões de 22, 23, 24 (14h e 19h30) e 25 de outubro, respetivamente.

As [atas n.º 211, 212, 213, 214 e 215](#), referentes às reuniões de 22, 23, 24 (14h e 19h30) e 25 de outubro, foram aprovadas por unanimidade.

3. Apreciação e votação do relatório final à Proposta de Lei n.º 177/XII/3.^a (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014.

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

4. Apreciação e votação do relatório final à Proposta de Lei n.º 178/XII/3.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Relatora: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório final à [Proposta de Lei n.º 177/XII/3.^a \(GOV\)](#) e a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) apresentou o relatório final à [Proposta de Lei n.º 178/XII/3.^a \(GOV\)](#). Relativamente a ambos os diplomas haviam sido

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

remetidos, previamente, todos os pareceres setoriais das diferentes Comissões parlamentares (com exceção, no caso da última iniciativa, do parecer da Comissão de Economia e Obras Públicas, que fora rejeitado). Em sede de debate sobre as duas iniciativas, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Miguel Tiago (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Duarte Pacheco (PSD). O relatório referente às Grandes Opções do Plano foi, subsequentemente, submetido a votação e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP, contra de PCP e a abstenção do BE, tendo o relatório relativo ao Orçamento do Estado para 2014 sido aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

5. Apreciação da carta remetida pelo Presidente do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de apreciação do Orçamento do Estado para 2014.

O Senhor Presidente da Comissão deu conta da carta remetida pelo Presidente do Tribunal de Contas, recordando o seu teor e a disponibilidade demonstrada para a discussão das matérias dela constantes. Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Jesus Marques (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Miguel Tiago (PCP), tendo sido consensualizado solicitar à UTAO uma análise dos elementos suscitados na carta do Tribunal de Contas, dispensando por ora a audição daquele Tribunal, a agendar aquando do debate em sede da prevista alteração próxima à Lei de Enquadramento Orçamental.

6. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro [COM(2013)614].

Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado a pedido do relator.

7. Informação sobre iniciativas europeias.

Na sequência da deliberação ocorrida em reunião anterior da Comissão sobre os trabalhos em sede de período orçamental, os Senhores Deputados tomaram conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias enviadas à COFAP.

A Comissão analisou, igualmente, uma carta da Comissão Europeia em resposta a uma iniciativa europeia escrutinada pela COFAP – *Livro Verde sobre financiamento a longo prazo da economia Europeia*, tendo a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), relatora da referida

iniciativa, tomado boa nota da carta e das considerações dela constantes, ainda que não diretamente relativas ao relatório produzido pela COFAP.

- 8. Apreciação dos relatórios da audiência concedida à FESAP (no âmbito da reapreciação do Decreto n.º 177/XII) e das audições da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e da ACAP – Associação Automóvel de Portugal (primeiros subscritores das Petições n.º 289/XII/3.^a e n.º 253/XII/2.^a, respetivamente).**

Os três relatórios em apreço foram favoravelmente apreciados pela Comissão.

- 9. Informação sobre a participação de uma delegação da COFAP na Conferência Interparlamentar sobre Governação Económica e Financeira da União Europeia.**

O Senhor Presidente deu conta da participação de uma delegação da Comissão – constituída por si próprio, na qualidade de Presidente, e pelo Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) – na Conferência em apreço, dando conta dos principais temas abordados no âmbito deste fórum de concretização do artigo 13.º do Tratado Orçamental quanto ao envolvimento dos Parlamentos nacionais, nomeadamente em matéria de consolidação orçamental e promoção do crescimento, bem como os debates ocorrido sobre matérias procedimentais, nomeadamente quanto ao regulamento interno da Conferência.

- 10. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.^a (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.**

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP, PS, PCP e BE à [Proposta de Lei n.º 171/XII/2.^a \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, do respetivo quadro comparativo, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

- 11. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 176/XII/2.ª (GOV) – “Procede à 2.ª alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro”.**

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP à [Proposta de Lei n.º 176/XII/3.ª \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

- 12. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/2.ª (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.ª (PS) – “Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”.**

O Senhor Presidente recordou a deliberação anterior da Comissão, de apreciação conjunta, em sede de especialidade, dos três diplomas: [Proposta de Lei n.º 175/XII/2.ª \(GOV\)](#), [Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª \(PS\)](#) e [Projeto de Lei n.º 443/XII/2.ª \(PS\)](#), após o que deu a palavra aos Grupos Parlamentares.

Em sede de debate, apresentaram propostas de metodologia os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Filipe Soares (BE) e Miguel Tiago (PCP), tendo sido consensualizado que os Grupos Parlamentares apresentariam, até 15 de novembro, propostas de audições a serem concretizadas após a votação final global do Orçamento do Estado para 2014, ficando fixada a data limite de 6 de dezembro para apresentação de propostas de alteração com vista à discussão e votação na especialidade na reunião ordinária da semana seguinte, de modo a proceder à votação final global do diploma a 13 de dezembro.

- 13. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 455/XII/3.^a (PSD) – “Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar”.**

A Comissão tomou boa nota da nova baixa para apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 455/XII/3.^a \(PSD\)](#), com vista a uma reflexão sobre a iniciativa.

- 14. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 295/XII/3.^a, de iniciativa de Domingos Manuel Ribeiro de Freitas e outros: Solicitam a integração dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, em exercício de funções públicas na Administração Central, com o grau académico mínimo de licenciatura, na carreira de Técnico Superior.**

Relator(a): cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 295/XII/3.^a](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) como relatora.

- 15. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 296/XII/3.^a, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa: Contra o empobrecimento, pelos direitos, não às 40 horas.**

Relator(a): cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Analisada a Nota de Admissibilidade, a Comissão deliberou solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 17.º da Lei do Exercício de Direito de Petição, a junção da [Petição n.º 296/XII/3.^a](#) com a Petição n.º 283/XII/2.^a, dada a identidade de objeto, tendo ainda deliberado que a relatora dessa Petição se manteria, agora com ambas.

- 16. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 843/XII/3.^a (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de 3 filhos”.**

A redação final do Projeto de Resolução n.º 843/XII/3.^a (PSD) foi fixada por unanimidade dos Grupos Parlamentares, de acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da

Assembleia da República, tendo sido aceites por unanimidade, as sugestões constantes da Informação n.º 199/DAPLEN/2013.

17. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 844/XII/3.^a (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre Veículos, no sentido da redução do mesmo aquando do nascimento do 4.º filho”.

A redação final do Projeto de Resolução n.º 844/XII/3.^a (PSD) foi fixada por unanimidade dos Grupos Parlamentares, de acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, tendo sido aceites, por unanimidade, as sugestões constantes da Informação n.º 200/DAPLEN/2013.

18. Outros assuntos.

Foi concluído o debate referente ao envio de iniciativas para apreciação pública, recordando o Senhor Presidente a reflexão havida na véspera quanto aos normativos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis e segundo os quais são remetidas para apreciação pública, em razão da matéria, iniciativas originárias e não supervenientes, o que, aliás, tornaria interminável um processo legislativo de especialidade, dada a possibilidade de envio para discussão pública de propostas apresentadas no final do período previsto para esse feito. Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Miguel Tiago (PCP), após o que foi deliberado, por consenso de todos os Grupos Parlamentares, que no caso de iniciativas supervenientes – propostas de alteração –, não havendo obrigatoriedade de discussão pública, tal poderá ser solicitado à Senhora Presidente da Assembleia da República, a pedido do proponente e no caso de existir tempo útil para o efeito.

O Senhor Presidente deu conta, de seguida, do despacho de envio à COFAP da Senhora Presidente da Assembleia da República relativo a uma reunião interparlamentar com a Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, devendo a delegação ter uma composição de 2 Deputados, a compor-se com 1 do PS e 1 do PSD.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), de seguida, usou da palavra para solicitar a antecipação do processo de discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.^a (GOV), tendo o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) intervindo para se opor ao encurtamento dos prazos de discussão. Nesta matéria, o Senhor Presidente recordou estar em curso, até 15 de novembro, o prazo de apresentação de propostas de audições, tendo sido



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

consensualizado realizar uma reunião da Comissão a 20 de novembro para discutir essa matéria, fixar o prazo para apresentação de propostas de alteração e subsequente agendamento da discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei.

A reunião foi encerrada pelas 19:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2013

O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Hortense Martins
Jorge Machado
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina